



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

**PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO NA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO ACRE
NOVEMBRO DE 2016**

PGE

**PROCURADORIA-GERAL
DO ESTADO DO ACRE**

CADERNO DE PROVAS



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

PROVA DO PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO NA PGE/AC - 2016

QUESTÕES OBJETIVAS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) São direitos fundamentais classificados como de segunda geração: (Analista Judiciário TRF 4ª Região/2010)

- a) os direitos econômicos e culturais;
- b) os direitos de solidariedade e os direitos difusos;
- c) as liberdades públicas;
- d) os direitos e garantias individuais clássicos.

2) A invocação à proteção de Deus, constante do Preâmbulo da Constituição da República vigente: (MP/CE/2011)

- a) é inconstitucional;
- b) é ilícita;
- c) não tem força normativa;

d) não foi recepcionada pelo texto constitucional.

3) A Constituição Federal Vigente é considerada: (MP/MA/2014)

- a) flexível, pois não determina em seu texto nenhum requisito para a sua alteração, não possuindo, assim, grau de dificuldade para a sua modificação que se dará da mesma maneira que as leis comuns;
- b) semi flexível, pois é tanto rígida como flexível, ou seja, algumas matérias exigem um processo de alteração mais dificultoso do que o exigido para alteração das leis infraconstitucionais, enquanto outras não requerem tal formalidade;
- c) rígida, posto que determina uma forma solene de alteração, que será



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

através de Emenda Constitucional aprovada em dois turnos, por 3/5 dos membros das duas casas do Congresso Nacional;

d) super rígida, posto que determina uma forma ainda mais solene de alteração, que será através de Emenda Constitucional aprovada em dois turnos, por 4/5 dos membros das duas casas do Congresso Nacional.

4) Não constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil: (IFPA/2016)

a) a livre manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

b) garantir o desenvolvimento nacional;

c) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

5) De acordo com a CF/88, é incorreto afirmar que: (Pref. Cipotânea/MG/2016)

a) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

b) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

c) a lei prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

d) a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

6) O servidor público estável perderá o cargo: (PC-GO/2016)

a) após procedimento de avaliação periódica de desempenho, que prescindir da ampla defesa e do contraditório;

b) em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

c) após decisão judicial de primeira instância da qual caiba recurso;

d) após decisão judicial de segunda instância da qual caiba recurso.



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

7) Foi um dos princípios extraídos de Montesquieu, em sua obra O Espírito das Leis, mais especificamente no capítulo sobre a Constituição da Inglaterra, que se acha expresso na Constituição de 1988 e que é considerado cláusula pétrea: (TRT1/2016)

- a) a autonomia dos Estados da Federação;
- b) autonomia do Poder Judiciário;
- c) a Federação;
- d) a Separação dos Poderes.

8) Conforme o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), caso pretenda verificar o cumprimento das normas legais sobre a contratação decorrente de licitação para a aquisição de computadores para determinado ministério, o administrador deverá submeter o referido procedimento (TRE-MT/2015)

- a) à Advocacia-Geral da União;
- b) ao Ministério Público Federal;
- c) ao Tribunal de Contas da União;
- d) à Defensoria Pública da União.

9) Conforme o disposto na Constituição Federal, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas os: (PC/CE/2015)

- a) juízes estaduais;
- b) procuradores do estado;
- c) promotores de justiça;
- d) procuradores da república.

10) Lei ordinária e lei complementar: (TCM/RJ/2015)

- a) guardam relação de hierarquia entre si, porque a primeira subordina-se à segunda;
- b) distinguem-se pela maioria requerida para aprovação parlamentar (maioria absoluta e maioria simples, respectivamente) e pela repartição constitucional de matérias confiadas a uma e a outra;
- c) são igualmente atos normativos primários, mas a segunda tem prazo diferenciado para sanção ou veto presidencial;
- d) podem veicular, ambas as espécies, normas nacionais, isto é, que repercutem para todos os entes federados.



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

DIREITO AMBIENTAL

11) Nos termos do Princípio 3 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: "O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras". Este enunciado corresponde a qual dos princípios do Direito Ambiental abaixo:

- a) princípio da cooperação entre os povos;
- b) princípio da função social da propriedade;
- c) princípio da solidariedade intergeracional;
- d) princípio da obrigatoriedade da proteção ambiental.

12) A Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, regulamentou a competência comum prevista nos incisos III, VI e VII do *caput* e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal. Nos termos dessa Lei Complementar, é correto afirmar que:

- a) o licenciamento ambiental deve ser realizado simultaneamente pela União, pelos Estados e pelos Municípios, podendo haver sobreposição de exigências;
- b) o licenciamento ambiental deve ser realizado simultaneamente pela União, pelos Estados e pelos Municípios, não podendo haver sobreposição de exigências;
- c) o licenciamento ambiental deve ser realizado preferencialmente pela União e excepcionalmente pelos Estados e pelos Municípios;
- d) o licenciamento ambiental deve ser realizado por um único ente federativo, conforme as atribuições estabelecidas na referida Lei Complementar.

13) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores:

- a) pessoas físicas, a sanções civis, administrativas e penais, e pessoas jurídicas, a sanções civis e administrativas;
- b) pessoas físicas, a sanções civis e penais, e pessoas jurídicas, a sanções civis e administrativas;



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

c) pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;

d) pessoas físicas, a sanções administrativas e penais, e pessoas jurídicas, à obrigação de reparar os danos causados.

14) São exemplos de instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, nos termos da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981:

a) o zoneamento ambiental, a avaliação de impactos ambientais e o licenciamento ambiental;

b) a compatibilização do desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

c) a contratação emergencial de agentes de endemias para atender situações de desastres ambientais;

d) a imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, e ao usuário, de contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

15) Diante do disposto na Lei nº 12.651, de 25 de março de 2012, a vegetação situada em Área de Preservação Permanente deve ser mantida e, caso seja suprimida:

a) o proprietário, possuidor ou ocupante da área é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvadas as exceções legais, sendo essa obrigação de natureza pessoal e intransmissível;

b) o proprietário, possuidor ou ocupante da área é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvadas as exceções legais, sendo essa obrigação de natureza real e transmissível;

c) o proprietário, possuidor ou ocupante da área é obrigado a promover a recomposição da vegetação, sem qualquer exceção, sendo essa obrigação de natureza pessoal e intransmissível;

d) o proprietário, possuidor ou ocupante da área é obrigado a promover a recomposição da vegetação, sem qualquer exceção, sendo essa obrigação de natureza real e transmissível.



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16) De acordo com o texto do Código de Processo Civil (CPC), marque a questão CORRETA:

- a) O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se as disposições do Código de Processo Civil;
- b) O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado somente conforme o texto literal da Constituição da República Federativa do Brasil, para se evitar subjetivismos, observando-se as disposições do Código de Processo Civil;
- c) O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado apenas conforme os princípios expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se as disposições do Código de Processo Civil;
- d) O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado

conforme as regras estabelecidas na Constituição da República Federativa do Brasil, não se aplicando os princípios, pois não são normas, observando-se as disposições do Código de Processo Civil.

17) (FGV/2016) São elementos identificadores da ação:

- a) juízo competente, causa de pedir e demanda;
- b) partes, interesse processual e pedido;
- c) partes, causa de pedir e pedido;
- d) juízo, partes e pedido.

18) Marque a opção INCORRETA:

- a) o interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica, da autenticidade ou da falsidade de documento;
- b) as condições da ação não estão previstas no Código, o que impede o indeferimento da petição inicial por ilegitimidade para a causa ou falta de interesse processual;
- c) ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

quando autorizado pelo ordenamento jurídico;

d) é admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

19) Com relação à petição inicial e a contestação, responda qual é a alternativa INCORRETA:

a) de acordo com o Código de Processo Civil, a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação;

b) caso não disponha de todas as informações exigidas pelo Código de Processo Civil para qualificação do réu, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias para sua obtenção;

c) no procedimento comum, a contestação é oferecida por petição e no prazo de 15 (quinze) dias;

d) de acordo com o texto do Código de Processo Civil, o autor deve obrigatoriamente requerer a citação do réu, sob pena de inépcia da petição inicial.

20) No que tange à competência, é CORRETO afirmar:

a) o foro contratual obriga os herdeiros e sucessores das partes;

b) a competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função pode ser derogada por convenção das partes;

c) a eleição de foro não produz efeito quando constar de instrumento escrito e aludir expressamente a determinado negócio jurídico.;

d) dá-se a conexão entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.

21) De acordo com o CPC, marque a alternativa INCORRETA:

a) a jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional, conforme disposições do Código de Processo Civil;



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

b) para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade;

c) a norma processual retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados, devendo ainda ser aplicada imediata e retroativamente inclusive com relação às situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada;

d) a jurisdição civil será regida pelas normas brasileiras, ressalvadas as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte.

22) (FGV/2016) Tendo-se iniciado o prazo de quinze dias para contestar uma demanda, o réu apresentou contestação no oitavo dia do prazo. Porém, no décimo quarto dia do prazo, optou o réu por protocolizar uma nova contestação, nela deduzindo linha defensiva essencialmente diversa daquela exposta em sua primeira

petição. Nesse cenário, deve o juiz:

a) receber a segunda contestação, em observância aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório;

b) deixar de receber a segunda contestação, em razão do instituto da preclusão temporal.

c) deixar de receber a segunda contestação, em razão do instituto da preclusão consumativa;

d) deixar de receber a segunda contestação, em razão do instituto da preclusão lógica;

23) Sobre o recurso agravo de instrumento, marque a alternativa CORRETA:

a) na falta da cópia de qualquer peça ou no caso de algum outro vício que comprometa a admissibilidade do agravo de instrumento, deve o relator conceder o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado o vício ou complementada a documentação exigível;

b) o prazo para sua interposição é de 10 (dez) dias;



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

c) será interposto no juízo que proferiu a decisão interlocutória, que o remeterá ao Tribunal competente para julgá-lo;

d) não é cabível em processo de execução.

24) No que diz respeito ao procedimento previsto para os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, DF, Territórios e Municípios, regulado pela Lei n. 12.153/2009, houve diminuição das prerrogativas conferidas à Fazenda Pública, mas houve a manutenção do seguinte instituto:

a) remessa Necessária;

b) prazos diferenciados para a Fazenda Pública;

c) possibilidade de o Estado ser parte como autor;

d) pagamento por meio de Requisição de Pequeno Valor.

25) Marque a alternativa CORRETA com relação ao procedimento de execução:

a) a ocorrência da prescrição intercorrente não é uma forma de extinção do processo de execução;

b) o fato de o executado não possuir bens penhoráveis é uma das causas de suspensão da execução;

c) a Fazenda Pública não pode ser parte em processo de execução nos Juizados Especiais da Fazenda Pública;

d) segundo o Código de Processo Civil, a extinção da execução produz efeito a partir do protocolo da petição para que o processo seja extinto.

DIREITO CIVIL

26) Os menores de dezesseis anos, para a lei civil, são:

a) capazes;

b) relativamente incapazes;

c) absolutamente incapazes;

d) relativamente capazes.

27) Aponte a alternativa correta que complete a norma legal:

“O juiz, que nomear o curador, fixar-lhe-á, poderes e obrigações, conforme as circunstâncias, observando, no



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

que for aplicável, o disposto a respeito dos _____ .”

- a) pais e filhos;
- b) tutores e curadores;
- c) bens e valores;
- d) direitos e deveres.

28) Consideram-se móveis para os efeitos legais:

- a) as energias que tenham valor econômico; os direitos reais sobre os objetos móveis e as ações correspondentes; e os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações;
- b) as energias que tenham valor econômico; o direito à sucessão aberta; e os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações;
- c) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram; os direitos reais sobre os objetos móveis e as ações correspondentes; e os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações;
- d) as energias que não tenham valor econômico; os direitos reais sobre os objetos móveis e as ações correspondentes; e os direitos

pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

29) Acerca do domicílio das pessoas jurídicas é correto afirmar:

- a) os Estados não têm domicílio;
- b) do município é a Prefeitura;
- c) a União tem como domicílio o Distrito Federal;
- d) os territórios é a sede da união.

30) Assinale a alternativa incorreta: “Para ser válido, o negócio jurídico deve conter:”

- a) agente capaz;
- b) objeto lícito, possível e determinável;
- c) objeto ilícito, possível e determinado;
- d) forma defesa em lei.

31) Não constituem atos ilícitos:

- I – os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido;
- II – a deterioração ou destruição da coisa alheia;



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

III – a lesão à pessoa, a fim de remover perigo iminente.

Assinale a alternativa correta:

- a) todas as afirmativas estão corretas;
- b) apenas I e III estão corretas;
- c) somente II e III estão corretas;
- d) todas estão erradas.

32) O fato jurídico pode ser provado, mediante:

- a) confissão, documento e indício;
- b) testemunha, documento e confissão;
- c) perícia, documento e declaração;
- d) documento, perícia e indício.

33) A prescrição corre:

- a) entre os cônjuges;
- b) entre os incapazes;
- c) entre os ascendentes e descendentes;
- d) contra o sucessor da pessoa contra quem se iniciou.

34) Sobre bens públicos podemos concluir que:

- a) são bens públicos os de uso comum do povo, mas não os de uso especial;
- b) todos os bens públicos são inalienáveis;
- c) não estão sujeitos à usucapião;
- d) não podem ser considerados pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno.

35) As benfeitorias podem ser:

- a) úteis, voluptuárias ou necessárias;
- b) voluptuárias, necessárias e essenciais;
- c) úteis, voluptuárias e optativas;
- d) necessárias, úteis e singulares.

DIREITO ADMINISTRATIVO

36) Em relação ao Poder de Polícia, analise os itens a seguir e marque com (V) a assertiva verdadeira e com (F) a falsa, assinalando ao final a opção correspondente:

() o poder de polícia que o Estado exerce pode incidir em duas áreas



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

de atuação estatal: na administrativa e na judiciária, podendo ser apontada como principal diferença entre ambas o caráter preventivo da polícia judiciária;

() a competência, a finalidade e a forma, acrescidas da proporcionalidade da sanção e da legalidade dos meios empregados pela Administração são atributos do Poder de Polícia;

() quanto aos fins, o Poder de Polícia pode ser exercido para atender a interesse público ou particular;

() a auto-executoriedade é a possibilidade que tem a Administração de, com os próprios meios, por em execução as suas decisões, sem precisar recorrer previamente ao Poder Judiciário.

- A) V, V, F, F
- B) F, F, V, V
- C) F, F, F, V
- D) F, V, F, V

37) Sobre as modalidades de licitação, considere as afirmações a seguir:

I) concorrência, tomada de preços e convite serão utilizados, em regra, conforme o valor ou o objeto da licitação da licitação;

II) a concorrência é a modalidade mais ampla, sendo sempre possível sua utilização quando seja permitido o uso da modalidade convite;

III) a tomada de preços restringe a participação de licitantes que estejam previamente cadastrados;

IV) no convite não é necessária a ampla divulgação do instrumento convocatório, sendo possível a simples afixação deste em local visível (flanelógrafo) dentro da repartição.

Estão corretos os itens:

- a) I e II
- b) I, II e III
- c) I, II, e IV
- d) I, IV e V

38) O Município de Ribeirinhos da Mata contratou a Construtora Cava e Sobe Ltda para a construção de um túnel no cruzamento de duas grandes avenidas. Ocorre que, ao tempo da licitação, o Imposto Sobre Serviços possuía alíquota de 10%. Contudo, durante a execução do contrato, o Município contratante edita lei que altera a alíquota do mencionado tributo para 50% acarretando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato celebrado com a Construtora Cava e Sobe Ltda, uma vez que todos os custos inicialmente previstos para a execução do contrato foram onerados devido à elevação tributária mencionada.

No caso apresentado, resta evidente o acontecimento de:



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

- a) sujeição imprevista;
- b) fato do príncipe;
- c) fato da Administração;
- d) caso fortuito.

39) Maria, servidora pública, formada em medicina e direito, atualmente ocupa o cargo de técnico judiciário junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Após muita dedicação, foi aprovada em dois concursos públicos realizados pelo Estado do Acre, sendo um para o cargo de médico junto à Secretaria de Estado de Saúde e outro para o cargo de Procurador do Estado do Acre. Maria pretende tomar posse nestes dois últimos cargos.

De acordo com a previsão da Constituição Federal quanto à acumulação de cargos públicos, Maria:

- a) poderá tomar posse tanto no cargo de procurador do estado quanto no de médico, mas deverá pedir exoneração do cargo de técnico judiciário;
- b) poderá tomar posse no cargo de procurador do estado, sem prejuízo de continuar exercendo o cargo de técnico judiciário;
- c) deverá pedir exoneração do cargo de técnico judiciário e optar entre o cargo de médico ou de procurador do estado;
- d) poderá tomar posse tanto no cargo de médico quanto no de

procurador do estado, sendo prescindível sua exoneração do cargo de técnico judiciário.

40) João Dali, fiscal da Secretaria de Recursos Hídricos, foi incumbido pelo seu superior para fiscalizar a prestação do serviço público de água e esgoto oferecido pela Água Tratada & Esgoto Limpo S/A, empresa privada concessionária de serviço público em determinado Estado.

Percebendo que o serviço não estava sendo prestado em conformidade com o contrato de delegação de serviços públicos firmado com o Governo do Estado, João Dali aplicou uma penalidade pecuniária, única prevista em lei, à empresa infratora.

Considerando os poderes administrativos, marque a alternativa que melhor retrata os poderes que, nesta ordem, foram retratados no caso apresentado.

- a) polícia, hierárquico e vinculado;
- b) hierárquico, polícia e discricionário;
- c) normativo, polícia e disciplinar;
- d) hierárquico, disciplinar e vinculado.



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

DIREITO TRABALHO e
PROCESSO DO TRABALHO

41) Assinale a alternativa correta:

a) a contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo;

b) a contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, dos valores referentes aos depósitos do FGTS e do seguro-desemprego;

c) a contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37,

II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, dos valores referentes aos depósitos do FGTS e do adicional de periculosidade;

d) a contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

42) Acerca da terceirização, é correto afirmar que:

a) a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral, exceto as verbas rescisórias;

b) a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange as



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral, exceto as multas aplicadas à empresa contratada;

c) a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral;

d) a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral, exceto os adicionais de periculosidade e insalubridade.

43) Nos processos perante a Justiça do Trabalho, constituem privilégio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica:

a) a dispensa de depósito para interposição de recurso;

b) o prazo em quádruplo para recurso;

c) o prazo em dobro para contestar;

d) o pagamento das custas somente se sucumbir.

44) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

a) as ações que envolvam as relações jurídico-administrativas entre servidores e a Fazenda Pública.

b) as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;

c) os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à jurisdição penal;

d) os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista e jurisdição federal.

45) O ramo do Ministério Público com atribuição institucional de promover ação civil pública na Justiça do Trabalho, em desfavor do Estado do Acre, é o:

a) Ministério do Trabalho e Emprego;

b) Ministério Público da União;

c) Ministério Público do Estado do Acre;

d) Ministério Público do Trabalho.



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

DIREITO TRIBUTÁRIO

46) Excluem o crédito tributário:

- a) a parcelamento e a isenção;
- b) a isenção e a anistia;
- c) a anistia e a moratória;
- d) a isenção e a moratória.

47) No que diz respeito à obrigação tributária principal, é correto afirmar que tem por objeto:

- a) o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária;
- b) a emissão de documento fiscal;
- c) a escrituração do livro de registro de inventário;
- d) a declaração mensal dos serviços prestados.

48) É cobrada (o) pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições e têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao

contribuinte ou posto à sua disposição.

Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

O texto trata de:

- a) taxa;
- b) contribuição de melhoria;
- c) imposto;
- d) contribuição previdenciária.

49) O tributo é considerado uma prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitui sanção de ato



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

ilícito, correspondendo a uma relação jurídica entre o Estado e o contribuinte.

O tributo é instituído em:

- a) estatuto;
- b) decreto;
- c) resolução;
- d) lei.

50) Marque a opção correta. Na execução fiscal,

- a) a prescrição ocorrida antes da propositura da ação não pode ser decretada de ofício;
- b) é incabível a citação por edital, mesmo se frustradas as demais modalidades de citação;
- c) é necessária a intervenção do Ministério Público;
- d) até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

QUESTÃO DISSERTATIVA

Notícia do STF

“O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu na sessão desta quinta-feira (27) o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 693456, com repercussão geral reconhecida, que discute a constitucionalidade do desconto dos dias parados em razão de greve de servidor. Por 6 votos a 4, o Plenário decidiu que a administração pública deve fazer o corte do ponto dos grevistas, mas admitiu a possibilidade de compensação dos dias parados mediante acordo. Também foi decidido que o desconto não poderá ser feito caso o movimento grevista tenha sido motivado por conduta ilícita do próprio Poder Público.”

Com base na notícia acima, disserte sobre potenciais argumentos jurídicos a favor e contra o desconto do salário em caso de greve de servidores públicos.

Serão levados em consideração na avaliação os seguintes elementos: Estrutura; ortografia e gramática; coesão textual; conteúdo jurídico.

Mínimo: 25 linhas

Máximo: 40 linhas



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

30 _____



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40
